

CRIANÇA, INFÂNCIA E AMAZÔNIA, UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA

CHILDREN, CHILDHOOD AND THE AMAZON, A BIBLIOGRAPHICAL ANALYSIS

Beatriz Helena Mangieri¹
Tatiane Cosentino Rodrigues²

RESUMO: Amazonas, embora o mais extenso estado brasileiro, permanece parcialmente desconhecido pelos gestores públicos, com cerca de 6.500 comunidades rurais em áreas remotas. Este artigo propõe uma análise para caracterizar as pesquisas sobre criança e infância na região amazônica.

Os resultados destacam a desvalorização social da região Norte, evidenciando desafios como a má distribuição de renda per capita, carência de saneamento básico e inadequação das moradias, todos representando ameaças significativas ao bem-estar infantil. A compreensão dessas complexidades é crucial para desenvolver estratégias eficazes que abordem essas questões e promovam o pleno desenvolvimento das crianças na vastidão amazônica, preservando suas identidades culturais.

Palavras-chave: Criança; Infância; Amazônia; Relações Étnico-Raciais.

ABSTRACT: ABSTRACT: The Amazonas, despite being the largest Brazilian state, remains partially unknown to public officials, with approximately 6,500 rural communities in remote areas. This article proposes an analysis to characterize research on children and childhood in the Amazon region. The results highlight the social devaluation of the Northern region, revealing challenges such as poor per capita income distribution, lack of basic sanitation, and inadequate housing, all posing significant threats to child well-being. Understanding these complexities is crucial for developing effective strategies that address these issues and promote the full development of children in the vast Amazon, preserving their cultural identities.

Keywords: Child; Childhood; Amazon; Ethnic-Racial Relations.

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende caracterizar os temas, abrangências e enfoque das pesquisas brasileiras desenvolvidas sobre o tema de criança e infância em territórios amazônicos. A proposta em tela é parte de um projeto mais amplo denominado “Desenvolvimento Integral de Relações Étnico-Raciais nos territórios amazônicos”. Este projeto mais amplo se desenvolveu a partir do diagnóstico de padrões estabelecidos que homogenizam e reforçam uma lógica de monocultura no ambiente escolar, o projeto objetiva pluralizar matrizes curriculares na educação escolar, dos diferentes níveis de ensino na região norte

¹Beatriz Helena Mangieri, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (PPGE/UFSCar)

²Tatiane Cosentino Rodrigues, Professora Adjunta da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

do Brasil que possui uma diversidade étnico-racial e de culturas, composta majoritariamente por pessoas que se autodeclaram negras, indígenas e quilombolas, de acordo com dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

O Amazonas é o estado mais extenso do país, com extensão de 1.571.000 km e ocupa quase um quinto do território brasileiro, entretanto é parcialmente desconhecido por seus gestores públicos. Para se ter um panorama, não se sabe ao certo quantas comunidades rurais existem no estado, há muitas regiões da floresta onde nem mesmo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) consegue chegar para realizar pesquisas e calcular a população local. Estima-se assim que existam em torno de 6.500 comunidades espalhadas pelas áreas mais afastadas da floresta (SCHILINDWEIN et al., 2020, p.11). As informações de escolaridade no Censo de 2010 fornecem um panorama dos desafios educacionais nesta região. No que diz respeito à conclusão dos diferentes níveis de ensino, os dados indicam que os três grupos, pardos, pretos e indígenas são minoria entre os que concluem o ensino fundamental, médio e superior, além disso, só representam maioria entre os grupos sem instrução formal e/ou fundamental incompleto. É importante salientar que esta região do país também é marcada pela presença do bioma Amazônia, que corresponde a 40% do território nacional, encorpando a maior floresta tropical do planeta. Este projeto mais amplo é desenvolvido em parceria com quatro instituições públicas (UFAM, IFMA, UFMA E UNILAB) com financiamento da Porticus¹. A metodologia utilizada para a pesquisa se deu pelo levantamento bibliográfico a partir dos descritores “Criança, Infância e Amazônia” na base de dados Google Acadêmico. Foram encontrados 85 textos, é importante enfatizar que durante a pesquisa foi utilizado o operador booleano “and” entre as palavras, para estabelecer um filtro que reduzisse os resultados, com a manutenção do foco de interesse e objetivo do levantamento proposto. A pesquisa bibliográfica consiste em um mapeamento sobre a produção científica já publicada sobre o assunto estudado, sendo de grande relevância para o campo acadêmico pois é a partir dela que pode-se ter um panorama sobre como o tema está sendo tratado em determinada época, possibilitando reflexões inovadoras e novos panoramas que devem ser analisados criticamente, com base no material já produzido (SOUSA et al., 2021).

A partir da realização do levantamento de dados, os resultados encontrados foram alocados em uma tabela e divididos por título, ano de publicação, tipo de material (artigo, tese, dissertação, monografia e outros), instituição e autoria com objetivo de caracterizar a produção acadêmica conforme essas variáveis. Sendo assim, com esta classificação inicial, os resumos das produções foram lidos e organizados em doze categorias: Violência, Pertencimento, Brincar, Trabalho, Saúde, Políticas Públicas, Família, Educação, Cultura Infantil Amazônica, Covid-19 e Educação Especial.

VIOLÊNCIA

No eixo temático “violência”, estão reunidos os trabalhos que foram desenvolvidos com foco na análise de indicadores de violência contra o público alvo infantojuvenil da região Amazônica. Os estudos se desdobram com base em análises de denúncias por meio de instituições que são voltadas ao apoio de pessoas que sofrem com

alguma violação. Este eixo representa 6% de um total de 85 estudos analisados. Os textos acadêmicos que trazem informações sobre os temas “criança”, “infância” e “Amazônia” especificamente sobre violência, abordam os diversos tipos de agressão registrados na região do Amazonas, perpassando pela capital, Manaus, a região do Baixo Amazonas e Parintins, com o auxílio de instituições de apoio como a Delegacia Especializada em Proteção à Criança e Adolescentes (DEPCA).

A principal crítica encontrada nos textos lidos é que o Estado do Amazonas e seus agentes políticos ainda demonstram escassa preocupação com a real situação das violações dos direitos infanto-juvenis, principalmente no tocante ao enfrentamento da violência sexual infantojuvenil. Diante desse panorama, os processos de acolhimento das vítimas e a punição dos agressores se desenrolam lentamente no que tange à aplicação das leis. Ademais, critica-se a falta de consciência política acerca da problemática.

Segundo as pesquisas examinadas, identifica-se uma dependência significativa do poder legislativo em relação ao poder executivo do Estado, sugerindo uma conivência quanto aos crimes de violência sexual infantojuvenil (Fernandez et al., 2016, p.17).

Apesar de toda a problemática apresentada, os textos indicam alguns avanços do Estado perante a situação, como: projetos de Lei aprovados e promulgados pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, a criação da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude (2008), a criação da Comissão Parlamentar do Inquérito da Pedofilia e da Exploração Sexual (2014), e mais recente encontrada a criação da Frente Parlamentar de Enfrentamento à Violência Sexual contra crianças e Adolescentes (2015). (Fernandez et al., 2016, p.17).

PERTENCIMENTO ÉTICO-RACIAL E CULTURAL

No eixo temático “Pertencimento Étnico-Racial e Cultural” estão reunidos trabalhos desenvolvidos com foco na análise de crianças indígenas quando são inseridas no contexto urbano. O capitalismo exacerbado tenta constantemente homogeneizar a todos, há uma significativa problemática na desvalorização de algumas culturas em detrimento de outras. Este eixo representa 4,8% de 85 materiais analisados.

Pensando na formação identitária de crianças e adolescentes indígenas em contextos urbanos, é fundamental que a educação evite práticas homogeneizadoras. Segundo a Antropologia a identidade se constrói com características culturais, estas se distinguem pelo conjunto de diferentes elementos culturais obtidos pelas pessoas por meio de heranças culturais, formando assim diferentes grupos sociais. Dentre os diferentes grupos existentes temos a criança indígena, que participa ativamente das atividades cotidianas e culturais de seu grupo, que brincando e ouvindo histórias contadas pelos mais velhos assimila elementos do seu meio social e assim vai formando sua identidade cultural (TEIXEIRA, 2013).

Quando a criança indígena passa a morar na cidade, o seu laço com seus familiares acaba estreitando-se, pois estes têm a necessidade de se integrar no mercado de trabalho globalizado. Considerando este fato, a educação das crianças fica designada às escolas

urbanas, que devido ao complexo sistema de educação acaba por deixar de lado boa parte dos saberes tradicionais que as crianças vivem potencialmente dentro da aldeia.

As escolas não devem ser “engessadas” ao ponto de somente aceitarem as culturas das elites, que existem historicamente pré-moldadas em busca de controlar a grande massa. É de extrema importância que não somente se reconheça o outro mas também valorize as múltiplas culturas e os múltiplos conhecimentos produzidos de muitas formas em âmbitos de educação não formal.

Toda e qualquer criança deve ser considerada potente, fonte de aprendizado e de culturas, todas devem ser valorizadas e tratadas igualmente independente de sua origem.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, a garantia dos direitos das crianças e adolescentes é fundamental para seu pleno desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Nesse sentido, o ECA reforça a necessidade de tratá-las com respeito, considerando suas individualidades, potencialidades e contextos culturais.

BRINCAR

No eixo temático “Brincar”, estão reunidos os trabalhos desenvolvidos focados na análise de como as brincadeiras são conduzidas dentro das escolas. Este eixo representa 6% do total de 85 produções encontradas na pesquisa.

As crianças buscam constantemente interpretar o mundo através do lúdico, enquanto os adultos tentam controlar suas maneiras de agir, pensar e brincar. Esta questão é particularmente relevante na região Amazônica, onde as escolas precisam atender de forma atenciosa às demandas culturais destas crianças, encarando as brincadeiras como uma ponte entre a realidade dos estudantes aos estudos. Nesse contexto, a ludicidade surge como um recurso valioso, tornando as aulas dinâmicas e criativas. Conforme BELTRÃO et al (p 42 015) apud OLIVEIRA (1985, p. 74) a ludicidade é

[...] um recurso metodológico capaz de propiciar uma aprendizagem espontânea e natural. Estimula a crítica, a criatividade, a sociabilização. Sendo, portanto reconhecido como uma das atividades mais significativas – senão a mais significativa pelo seu conteúdo pedagógico social. (BELTRÃO et al., p. 4 2015 apud OLIVEIRA, 1985, p. 74)

Dentro da instituição escolar, é essencial que os alunos interajam com práticas sociais e objetos culturais variados. Além da parte sistemática do ensino, orientada por documentos como a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) ou o PNE (Plano Nacional de Educação), é imperativo considerar a ludicidade, que possui um grande potencial educacional.

FAMÍLIA

No eixo temático “Família”, estão reunidos trabalhos desenvolvidos com foco na

análise da posição da mulher perante as constituições familiares e uma análise de como o Estado utiliza a família como fonte de influência, existe uma dicotomia entre o público e o privado. Este eixo tem 3,6% de produções, num total de 85 pesquisas.

Em primeira instância, é importante abordar como as mulheres modificam suas vidas visando a construção de uma “família” socialmente aceita. A maternidade é um conjunto de discursos, comportamentos e atitudes diretamente relacionados à dinâmica das mulheres com os filhos, apreendidos e reproduzidos socioculturalmente (OLIVEIRA, et al., 2022 apud MALACRIDA, 2009).

Baseando-se nos estudos revisados, muitas mulheres entrevistadas consideram a maternidade como uma possibilidade de autorrealização feminina. A busca da constituição de uma família com filhos tem por objetivo que, por meio deles possam vir a ter uma companhia, alegria ou que sejam olhadas com maior cuidado, perante o restante da constituição familiar. (OLIVEIRA, et al., 2022, p. 4)

Ao engravidar, as mulheres alteram seus hábitos alimentares devido à responsabilidade com o bebê está por vir. Mesmo após o nascimento, é necessário adaptar-se às necessidades da criança. Nesse cenário a maternidade intensiva, requer de uma alimentação saudável para serem vistas como “boas mães” (OLIVEIRA, et al., 2022, p.5 apud RUDDICK, 2009).

A participação dos parceiros nos cuidados domésticos é esporádica. A maioria só ajuda quando percebe que as mulheres estão exaustas. A gravidez traz “experiências corporais” desconfortáveis, mas isso não exime as mulheres das tarefas domésticas. Nesse contexto, elas buscam reconhecimento e apoio de pessoas próximas (OLIVEIRA, et al., 2022, p.6 apud ELLIOTT; BOWEN, 2018).

Além disso, o massacre militar das populações originárias também levou a extinção de várias culturas e povos indígenas, No entanto, é essencial reconhecer as práticas de resistência diante das imposições políticas coloniais. A simulação de obediência, passividade e o servilismo permitiu a muitos indígenas salvarem-se, e em alguns casos preservar a sua cultura (VILAR, 2021, p. 56 apud BRUIT, 2006, p. 19).

Em nosso país, a colonização teve uma característica única, permitindo duas formas institucionais de família etnicamente distintas: a forma patrimatriarcal, portuguesa, autoritária e monocentrada, e o modo de “organização social comunal” das populações nativas e africanas, que compartilham semelhanças na lógica comunitária. A segunda forma se difere da primeira porque sua estrutura é pluralista (VILAR, 2021, p. 59 apud MIRIM, 2015.). Considerando os fatos elencados podemos dizer, segundo VILAR, 2021, p.60 apud COSTA, 2000, p.179 que:

A família, na Amazônia, constituía um vasto grupo de parentesco, porém diverso ao da família patriarcal dos engenhos de açúcar e fazendas de café. Em geral, os parentes não moravam juntos, nem trabalhavam juntos. As casas eram mesmo pequenas, mas o parentesco era sempre lembrado e levado em consideração. Incorporava pai, mãe, irmãos, tios, avós, sobrinhos, primos, cunhados e sogra, além de afilhados e crias da casa. O compadrio era uma instituição importante. Padrinho

e madrinha tinham uma função protetora para com o afilhado, na ausência dos pais. De preferência escolhia-se como padrinhos pessoas importantes: um chefe político, um líder, uma autoridade, o patrão etc. (VILAR, 2021, p.60 apud COSTA, 2000, p.179)

Em suma, é crucial mencionar que os indígenas ao interagirem com os colonizadores e seus descendentes, interpretam e integram a modernidade em sua cultura de maneira ativa, não passivamente. Eles atribuíram novos significados e reinterpretam o sistema “moderno” ao qual estavam sendo incorporados. Assim como no passado, os indígenas contemporâneos interpretam a modernidade através de suas lentes simbólicas (VILAR, 2021, p. 62).

TRABALHO

No eixo temático “Trabalho”, estão reunidos trabalhos que foram desenvolvidos em busca de trazer um panorama sobre a situação do trabalho infantil na região Amazônica. Existem dois contextos: o trabalho com caráter socializador da família e o trabalho que é feito de forma exploratória. Este eixo é 2,4% de um total de 85 textos analisados.

O trabalho infantil não é um fenômeno recente no Brasil, segundo relatos históricos, teve início por volta de 1530. A mão de obra infantil era legitimada pela sociedade, pois, nessa época, ainda não se tinha conceitos sobre infância como atualmente. A partir da colonização, também se pode afirmar que cada “tipo” de criança realizava algum determinado serviço. Crianças brancas, da nobreza, arrumam camas e serviam mesas, enquanto crianças negras trabalhavam arduamente na agricultura. Todos esses jovens eram extremamente explorados, sem preocupação com sua fase de desenvolvimento (AZÊVEDO, 2017, p.33).

Em meados do século XVI, com a chegada dos padres jesuítas ao Brasil, surgiu uma ideologia que pregava o trabalho como forma de tornar os seres humanos bons, honestos e obedientes, algo digno, que pudesse “salvar” as pessoas e conduzi-las ao céu (AZÊVEDO, 2017, p.34). Sabe-se que boa parte desse pensamento provém da Europa e que o objetivo real dessa ideia era catequizar e destruir todas as outras culturas e religiosidades não europeias.

Com o início da República, o Brasil passou por diversas constituições em busca de uma nova identidade. Atualmente, está em vigor a Constituição Federal de 1998, que, em seu Artigo 7.º, inciso XXXIII, proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 20, de 1998; AZÊVEDO, 2017, p.14). Mesmo com o amparo legislativo, não foi possível extinguir por completo os abusos contra crianças e adolescentes.

O trabalho infantil pode ser analisado em duas diferentes visões, sendo a primeira com um caráter socializador em que o trabalho faz parte da cultura e do cotidiano familiar onde os pais buscam preparar seus filhos para uma vida futura. Já o segundo demonstra

um caráter explorador em que o trabalho infantil expõe crianças e adolescentes a perigos que podem ser prejudiciais ao seu desenvolvimento físico e social (AZÊVEDO, 2017, p. 13 apud NEVES, 2009).

Ao abordarmos o tema, é fundamental reconhecer que algumas crianças possuem uma relação com o trabalho de caráter socializador, sobretudo em regiões rurais, e na Amazônia. Nesse contexto, este tipo de trabalho e ensino é passado pelos familiares como maneira de aprender a viver na região. Considerando tais nuances, é pertinente ouvir as crianças, a fim de compreender e não julgar sem fundamentação cada contexto (AZEVEDO, 2017, p.39).

A maior parte das comunidades rurais amazônicas mantém uma ligação direta com a natureza, seja para subsistência ou para ensinar crianças e adultos a interagir com o ambiente. Esta relação intrínseca entre homem e natureza decorre da dependência do meio ambiente para sobrevivência, seja através da pesca ou da agricultura. A presença de crianças nessa dinâmica laboral é interpretada pelos pais como uma preparação de novos agricultores familiares. Culturalmente, o trabalho possui grande valor para essas crianças, dadas as experiências vividas pelos pais (AZEVEDO, 2017, p. 60).

COVID-19

No eixo temático “Covid19” estão reunidos os trabalhos que foram desenvolvidos com foco na análise dos impactos do distanciamento social em crianças e adolescentes, visando especificamente a análise de indicadores das taxas de mortalidade e transmissão do vírus. Do conjunto de trabalhos analisados, eles representam 3,6% de um total de 85 trabalhos encontrados.

Em meados do ano de 2020, no mundo, deu-se o início de uma pandemia devido ao vírus da COVID-19 (SARS-coV-2). Sua rápida contaminação e letalidade foram consequências de um longo processo de destruição de florestas, rios, animais e consequentemente das pessoas que vivem nessas regiões (MAFRA, et al., 2020 apud QUIJANO et al., 2005, 2009).

Além de todas as formas de extermínio utilizadas ao longo da história, como meios de utilização do poder, seja ele estatal ou de força física, a exposição ao vírus tornou-se mais uma modalidade de aniquilamento. A região amazônica, como brevemente mencionado, vive um contexto de inúmeros delitos perante os direitos dos que lá residem. Considerando isso MAFRA et al., 2020 afirma:

Entre essas infâncias, o vírus não é o causador das desigualdades, como todos sabem, mas encontrou nas desigualdades as condições propícias para sua propagação (MAFRA et al., 2020).

O impacto do isolamento social manifesta-se em diversos eixos na vida das pessoas marginalizadas pelo próprio Estado. Durante esse período pandêmico, houve um significativo aumento nos casos de violência devido ao isolamento social que a grande maioria das famílias brasileiras teve que adotar. Dados da segurança pública revelam que, entre 2017 e 2018, a cada hora no país, 4 meninas de até 13 anos foram estupradas. O

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em dados apresentados em 18 de maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, anunciou que houve um aumento nas denúncias de 47% em abril de 2020, quando comparado ao mesmo mês no ano de 2019 (MAFRA et al, 2020 apud FARFAN, 2010). É relevante mencionar que o Ministério não divulgou nenhum plano ou medida para combater, investigar ou minimizar tais números.

No estado do Amazonas, conforme dados divulgados pelo SISP (Sistema Integrado de Segurança Pública), houve uma redução de 38% nos registros de crimes contra o público infante-juvenil no ano de 2020, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Entretanto, ao confrontar a diminuição de registros com os números de denúncias que foram registrados no disk 100 (canal que recebe, análise e encaminha denúncias de violações dos direitos humanos) em 2019, percebe-se que 73% dos casos são de abuso sexual, ocorridos na residência da vítima ou do suspeito. A diminuição desses registros é alarmante, pois evidencia que os crimes não cessaram. Em um contexto de distanciamento social, torna-se mais desafiador para a vítima, que, segundo as estatísticas, convive com o agressor denunciar o ocorrido (MAFRA et al., 2020, p.4).

Embora o Estado tenha implementado algumas assistências, como o emergencial de 600,00 reais e o auxílio financeiro “auxílio nossa merenda”, beneficiando muitos alunos com um valor de cinquenta reais, percebe-se que essas ações não foram suficientes. Afinal, nem todas as famílias estavam cadastradas nos sistemas governamentais para acessar os benefícios, e muitas que tentaram se cadastrar enfrentaram obstáculos (MAFRA et al., 2020, p. 6-7).

A desigualdade social, marcante e determinante de diferentes níveis de condições e vulnerabilidade, é agravada, especialmente no estado do Amazonas, pelas dificuldades em obter benefícios e pela problemática do deslocamento. O estado demanda o uso de transportes como barcos motorizados, ônibus e vans, mas o distanciamento social impossibilitou o funcionamento destes (MAFRA et al., 2020, p.8).

O distanciamento social gerou transformações significativas nas relações comunitárias e intrafamiliares. No entanto, documentos como os Planos de Contingência e medidas de proteção não foram claramente direcionados, evidenciando falhas nas ações implementadas. Dessa forma, a insegurança em um contexto de Emergência de Saúde Pública agravou a situação de vulnerabilidade já vivenciada por famílias e crianças em desvantagem econômica (RATUSNIAK et al., 2020).

Em síntese, a pandemia da COVID-19 desencadeou uma série de impactos profundos e multifacetados, especialmente nas comunidades mais vulneráveis, como evidenciado pelos estudos abordados neste contexto. O distanciamento social, embora necessário para conter a propagação do vírus, revelou-se uma faceta adicional de desafios para crianças e adolescentes, ampliando as desigualdades sociais já existentes.

EDUCAÇÃO

No eixo temático “Educação”, estão reunidos trabalhos que enfocam a educação da primeira infância das crianças amazônicas, evidenciando aspectos históricos e educacionais. De um conjunto de 85 textos, esses representam 17,6% do total. A educação

básica é fundamental na sociedade, mas ainda carece de recursos e investimentos governamentais, tornando relevante a compreensão deste eixo.

É evidente que a escola tem o papel de disseminar conhecimentos, visando aprimorar o processo de aprendizado das crianças, distribuindo saberes específicos. De fato, a escola cria ou produz, ela própria, um saber específico, considerando, de um lado a confrontação entre os conhecimentos sistematizados disponíveis na cultura geral e de outro, aqueles menos elaborados, provenientes tanto da ‘lógica’ institucional quanto das características da profissão como ainda da vida cotidiana escolar. (PENIN, 1994, p.26)

A escola também assume um papel cultural, dada sua relevância na sociedade. No entanto, este pode ser um caminho “perigoso” quando limita-se a um único método de ensino, desconsiderando, especificamente a região Amazônica, as diversas culturas presentes, como a ribeirinha e a indígena. É crucial equilibrar essas informações, tornando a educação mais inclusiva e justa para as crianças (FERNANDES, 2016).

Segundo Fernandes (2016), a escola tem o papel de desconstruir estereótipos e discriminações, usando o conhecimento intercultural como uma forma de demonstrar a cultura e a sociedade como um todo. Com isto em mente, vêm a ideia de currículo, que desde a década de 90, têm sido discutida por educadores e profissionais da área, observa-se que esta iniciativa visa trazer uma melhoria da visão social, pessoal e intelectual, evidenciando que é relevante que pessoas diferentes possam se conhecer melhor culturalmente (FERNANDES, 2016).

Em resposta a isso, foi estabelecida a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, bem como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que buscam essa integração cultural. Ambos visam ao desenvolvimento integral das crianças, onde todos aprendem “de tudo um pouco”, fazendo com que ocorra o desenvolvimento de valores por parte do público infantil (FERNANDES, 2016).

No contexto Amazônico, mesmo com as leis e diretrizes, grande parcela da população é ribeirinha e traz em sua cultura e educação trações indígenas, sendo assim é notável que há uma junção de valores quando trata-se de educação, para se adequar às diretrizes, mas também sem querer deixar de lado a cultura do local, ocasionando uma junção de cultura e educação.

Por conta disso, é visível que as crianças que vivem na Amazônia estão inseridas em um contexto social, de forma livre, buscando sua curiosidade, inquietação e novas descobertas e a partir do momento que esta adentra a escola, uma nova forma de conhecimento e de mundo lhe é apresentada (SOUZA, 2013).

Segundo Sobrinho (2009), quando a criança amazônica entra em uma escola urbana, há um conflito de ambientes e comunidades, reproduzindo um ritmo diferente em seu funcionamento e modo de vivenciar o mundo, podendo ainda ocasionar uma “quebra” de identidade por não ter sua cultura valorizada em uma escola urbana.

Este fato é evidente pois o primeiro contato da criança com uma cultura e educação, ocorre dentro de seu âmbito familiar, com relações sociais e familiares já estabelecidas, adquirindo assim sua cultura e costumes regionais, o que acaba por enfatizar os conflitos no contexto escolar fora da comunidade (SOUZA, 2013).

Nota-se ainda, segundo os dados apresentados e a presença da LDB no Brasil, que a educação na região Amazônica é uma questão complexa, pois ao mesmo tempo que há

um contexto educacional importante de ser seguido, para evitar o analfabetismo e gerenciar o direito destas crianças, há também questões culturais, onde esta criança sofre uma disseminação de sua cultura, vivenciando e aprendendo sobre culturas externas urbanas, que não condizem com sua realidade, portanto é perceptível que haja um balanço dessas questões, respeitando o multiculturalismo e as leis brasileiras em vigência que cumpram e garantam o direito à uma educação diversa e contextualizada.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

No eixo temático “Educação Especial” estão reunidos trabalhos com maior foco na análise das diretrizes nacionais, municipais e estaduais de inclusão e sua efetivação na realidade. Os textos têm maior enfoque em estudos sobre o TEA - Transtorno do Espectro Autista. De um conjunto de 85 textos estes representam 4,8% do total. Existem na Rede Municipal de Manaus 403 escolas, neste número estão incluídas as escolas do perímetro urbano e rodoviário, não contabilizando escolas de área ribeirinhas.

Destas instituições, 177 escolas possuem alunos matriculados com algum tipo de necessidade educacional especial. Considerando os dados da Divisão de Informação e Estatística da SEMED - Secretaria Municipal de Educação, na rede municipal de Manaus há 30 salas de recursos multifuncionais. (SADIM, 2012, p.21).

As salas de recursos multifuncionais são de extrema importância para a oferta de um atendimento especializado, para os alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades este atendimento que é realizado nas salas de recursos multifuncionais tem por objetivo oferecer ao aluno o ensino de conteúdos específicos, com estratégias e recursos diferenciados, estes não são trabalhados na classe regular e são essenciais para o desenvolvimento da aprendizagem, utiliza-se de recursos pedagógicos adaptados ou alternativos que auxiliam na aprendizagem da comunicação, cálculo e da leitura e escrita (SADIM, 2012, p.16).

A escola deve se preparar para receber educandos com deficiências e esta deve ajustar seus trabalhos para que a criança se beneficie e desenvolva sua capacidade ao máximo. (SADIM, Geise, 2012, p.25 apud FUENTETAJA, 1995, p.127), o AEE - Atendimento Educacional Especializado deve ser articulado com as propostas da escola, apesar de suas atividades serem diferenciadas da sala de aula comum, a perspectiva inclusiva visa um novo projeto de escola e essa requer formação e preparo de todos os docentes, em busca de uma instituição que vise a diversidade e os diferentes modos de aprender e ensinar (ODANI, 2019, p.22).

Desde que as diretrizes nacionais surgiram, houve um aumento na busca por matrículas de alunos especiais em escolas regulares. Segundo dados encontrados na pesquisa de Jacy Odani em, Educação Inclusiva na Primeira Infância em Creches Públicas (2019), em 2007 a porcentagem de matrículas de alunos especiais, nas classes comuns, para a Educação Infantil era de apenas 8,1%, enquanto nas escolas exclusivas chegava a quase 87%.

Entretanto, em 2013 houve uma inversão no atendimento das escolas exclusivas para menos de 19% e para as classes comuns um aumento para 67,5% de matrículas de

alunos com deficiência na Educação Infantil (ODANI, 2019, p.70). Durante o decorrer dos anos, muitas leis foram criadas e instituídas em busca de garantir o acesso, ingresso e um ensino de qualidade, buscando assegurar que tais crianças pudessem ter o direito a uma educação regular e inclusiva, de modo que façam parte da sociedade, promovendo sua autonomia.

Em estudos realizados, de 2008 a 2018, é notável que as creches públicas de Manaus atenderam cerca de 8.166 crianças. Das crianças com deficiência foram atendidas 101, o que totaliza 1,23% do total, ou seja, este público na esfera pública é totalmente excluído (SADIM, 2012, p.90). Em estudos realizados, de 2008 a 2018, é notável que as creches públicas de Manaus atenderam cerca de 8.166 crianças. Das crianças com deficiência foram atendidas 101, o que totaliza 1,23% do total, ou seja, este público na esfera pública é totalmente excluído (SADIM, 2012, p.90).

Com base nos estudos analisados é possível identificar que não existe uma rede de inclusão em Manaus que capacite os professores a trabalhar com a inclusão, os pais não têm atendimento psicológico e econômico adequado, os laudos médicos demoram muito para serem concluídos, ainda existe muito preconceito incrustado nas ações sejam das pessoas ou do estado (SADIM, 2012, p.105).

POLÍTICAS PÚBLICAS

No eixo temático “Políticas Públicas” estão reunidos trabalhos com maior foco nos direitos e deveres das crianças Amazônicas, visando também os custos orçamentários governamentais para que estes parâmetros sejam alcançados. De um conjunto de 85 textos estes representam 8,2% do total.

Denomina-se políticas públicas, todas as medidas sociais voltadas a crianças e adolescentes que permitam integridade e dignidade no contexto educacional, da saúde, do esporte, da profissionalização, da cultura, alimentação e convivência tanto familiar quanto comunitária (MAFRA; SILVA, 2016; DE GÓES et al., 2021).

Na região Amazônica, há uma realidade precária que muitas famílias enfrentam, portanto o apoio institucional e governamental é de extrema relevância nesse aspecto. Para garantir que principalmente as crianças tenham seus direitos exercidos, foi criado o ECA em 1990 e consigo a figura do Conselho Tutelar, que visa garantir os direitos de crianças e adolescentes em todo o território brasileiro (DE GÓES et al., 2021).

Entre os anos de 2005 e 2006, o investimento em Manaus nas questões de políticas públicas para crianças e adolescentes, obteve um crescimento de 100,5%, evidenciando que os fundos estão sendo distribuídos e que neste recorte foram aplicados pensando em investimentos e crescimento organizacional, porém já nos setores de alimentação e saúde, houveram retrocessos de 38,29% e de 141,7% respectivamente, demonstrando que as questões de alimentação e saúde, mesmo sendo direitos, ainda estão sendo negligenciadas pelo Estado e seus repasses (WEIL, 2009). Identifica-se ainda problemas de atividades nos conselhos que deveriam realizar um controle social na região Amazônica, como: o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), criado em 1991; Conselhos Estadual do Amazonas, criado em 1991; e Conselhos Municipais, sendo o de Manaus criado em 1992. Estes conselhos, segundo Weil (2009) enfrentam problemas

de efetividade em seus serviços, seja com medidas socioeducativas ou até mesmo no atendimento às crianças e adolescentes desamparados, portanto não é perceptível grande melhora nas questões de políticas públicas na região.

Como já mencionado, ao longo deste artigo, a Amazônia tem diversos problemas em distintas áreas, relacionadas às crianças. Nota-se que o contexto de políticas públicas, como evidenciado pela bibliografia encontrada, está muito longe de alcançar o atendimento necessário e ser universalizado, mesmo com a intenção enfática do Estado e dos trabalhadores da área, em tornar os ambientes seguros e propícios para um melhor atendimento a estas crianças e suas famílias.

CULTURA INFANTIL AMAZÔNICA

No eixo temático “Cultura Infantil Amazônica” estão reunidos trabalhos que foram desenvolvidos com foco na análise de qual é a infância que vive nesta região, trazendo aspectos históricos e sociológicos. As pesquisas analisadas representam 13,1% de um total de 85 textos encontrados.

A infância no Amazonas representa um campo complexo e desafiador para as Ciências Sociais, principalmente devido às suas características peculiares e diversidade cultural (SANTOS, et al., 2018, p.9 apud MOTA, 2016). A tendência de se aplicar parâmetros eurocêntricos às experiências da infância amazônica ressalta a necessidade de se desconstruir tais paradigmas para uma melhor compreensão da realidade local. Historicamente, o Amazonas foi palco de diversas infâncias representadas por crianças indígenas, estrangeiras, brancas e ribeirinhas, constituindo assim diversificadas vivências. Essas infâncias, apesar de interagirem em alguns contextos, também apresentam diferenças notáveis em suas experiências e identidades (SANTOS, et al., 2018, p.9 apud MOTA, 2016, p.39).

Foi a partir do período Colonial-escravocrata que a trajetória da infância amazonense começou a ser registrada. O impacto da colonização, marcado pela presença jesuíta e sua agenda de catequização, teve implicações profundas na vida das crianças indígenas (SANTOS, et al., 2018, apud LEAL, 2014). A perspectiva educacional eurocêntrica transpassa a abordagem indígena, nesta as crianças estavam fortemente envolvidas na vida comunitária desde cedo, assumindo papéis ativos e aprendendo costumes tradicionais (SANTOS, et al., 2018, apud LEAL, 2014; COHN, 2013).

A infância na Amazônia se desdobra em muitas culturas, lendas e histórias transmitidas oralmente, o contato com a natureza em prol da subsistência, a caça, a pesca e a coleta de plantas, a dieta rica em peixes, frutas e raízes, a diversidade de línguas tradicionais e a relação comunitária são uma das peculiaridades que podem ser mencionadas sobre a região.

Esta região abriga aproximadamente 10,5 milhões de crianças e adolescentes (Boletim informativo do UNICEF, 2008), este valor corresponde a maior parte da população infantil do país. Apesar deste fato, a região é assolada com muitas situações desfavoráveis, o Fundo das Nações Unidas pela Infância (UNICEF) constata que existem muitas questões relacionadas a moradia, saúde, educação, ausência de saneamento básico

associado ao alto nível de pobreza das famílias. As difíceis condições de vida levam o território Amazônico ao estado de vulnerabilidade social (MOTA, 2016, p.32).

Existem grandes desafios a serem enfrentados, tanto no âmbito acadêmico de pesquisas sobre a infância amazônica, quanto no plano material do estado, com relação às necessidades básicas que a população tem lidado. Precisamos entender os contextos culturais de vida dessa região com o propósito de não apenas descrevê-las, é importante entender e compreender as situações e vivências para que assim seja possível a execução de pesquisas e ações efetivas (LIRA, 2020, p.69 apud SANTOS, 2013 p.2).

TERRITÓRIO

No eixo temático “ Território” estão reunidos trabalhos que foram desenvolvidos com foco na análise de como o homem lida com o território Amazônico, seja ele com a construção de parques infantis, com a chegada de novos moradores na região ou a forma como se dão às relações do Estado-População-Ambiente. De um total de 85 artigos localizados, estes representam 6% da produção.

A Amazônia é a maior floresta tropical do mundo, com a maior biodiversidade do planeta Terra, abrangendo uma das maiores bacias de água doce do mundo. Sua população apresenta uma grande variedade de culturas, com povos ribeirinhos e indígenas que estão distribuídos de formas diferentes no território, nota-se que alguns povos vivem em isolamento na floresta e outros em complexos urbanos (CUNHA, et al., 2022 apud FONSECA, 2011 e LOUREIRO, 2015).

O Brasil é o país da América Latina que mais realiza divulgação científica e tecnológica (CUNHA, Márcia, et al., apud MAIA; BERGAMINI; CASTRO, 2018). Entretanto, o fato de ser um país continental tem suas dificuldades, pois a divulgação científica não é homogênea em todos os estados devido às grandes desigualdades econômicas e sociais. Especificamente no estado do Amazonas, esta foi a última região brasileira a ser integrada ao resto do país por vias terrestres, e fazem poucas décadas que o estado recebe atendimento considerável de políticas públicas em educação, economia e desenvolvimento social (CUNHA, Márcia, et al., 2022, p.3 apud ARAGON, 2013).

Ao falarmos do espaço onde existe a Amazônia é visível que há um pensamento utópico de que é um ambiente natural intocado, povoado por animais silvestres, sem nenhuma modificação do ser humano. Essa visão desconsidera a realidade amazônica que agora é composta por nuances rurais e urbanas, com as mais diversas socializações construídas no espaço devido a grande diversidade de povos que ali vivem. As mudanças que ocorrem trazem similaridades às de outras regiões (TEIXEIRA, 2015).

A vida social modifica o ambiente e observa-se que o físico é o que mais sofre com a ação predatória. Claro que o processo de urbanização trouxe benefícios para as pessoas, mas também impactou e impacta negativamente os espaços. O crescimento desordenado e concentrado ocasionado pela falta de planejamento e de programas de urbanização é uma realidade nos centros urbanos. A escassez de organização tem como resultado a falta de moradias adequadas, saneamento básico insuficiente e em sequência a degradação do ambiente físico onde as pessoas se instalam (TEIXEIRA, 2015, p.25).

As pesquisas reunidas sob o eixo temático "Território" destacam não apenas a importância de compreender as relações entre o homem e o ambiente, mas também a necessidade de abordar os desafios resultantes do crescimento desordenado nas áreas urbanas. A falta de planejamento e programas de urbanização contribui para a carência de moradias adequadas, o saneamento básico insuficiente e a degradação do ambiente físico.

SAÚDE

No eixo temático "Saúde" estão reunidos trabalhos com maior foco nas questões nutricionais e nas queimadas que ocorrem na Amazônia, fatores que reproduzem diversas doenças nas crianças Amazônicas. De um conjunto de 85 textos estes representam 22,6% do total.

Os fatores de desigualdade social, como educação e renda, são relevantes quando se fala de saúde, afinal a falta de informação ou de recursos gera uma complexidade na resolução dos problemas, onde muitas vezes o indivíduo não tem acesso a uma saúde de qualidade por falta de conhecimento ou de renda, impossibilitando que este procure um bom atendimento médico.

A urbanização das cidades, migrações e imigrações, também são fatores ponderantes quando se trata de saúde. Nos últimos 20 anos, Manaus obteve um crescimento populacional, proveniente da imigração, muito grande, logo a mortalidade por doenças, seja em adultos ou crianças, também cresceu, evidenciando problemas de saneamento básico,

acúmulo de lixo em áreas preservadas além de moradias em locais impróprios (FREITAS; GIATTI, 2009). Com isto em mente, pode-se realizar uma associação de diversas doenças como asma, leishmaniose, hepatite, parasitas, dengue, além das questões nutricionais envolvidas.

Observa-se que por conta da urbanização do estado do Amazonas, muitas queimadas e processos de desmatamento da floresta, acarretaram em um ar mais poluído, com a presença de fuligem e outros intercorrentes que causam doenças respiratórias. Em algumas regiões, há ainda plantações de algodão, que podem também estar associados às altas de incidência de asma nas crianças, devido a polinização e poluição do ar, além das queimadas devido às plantações de cana-de-açúcar, emitindo gases poluentes na atmosfera, prejudicando asmáticos e não-asmáticos e consequente sendo um problema para a saúde destas crianças (ROSA et al., 2009).

Outro fator que já foi um grande problema em Manaus, é a dengue, sendo considerada em epidemia no ano de 2001, devido a grande quantidade de casos, porém nos períodos chuvosos, ainda é um problema a ser analisado e que pede atenção. É perceptível que menores de 15 anos tendem a ter um risco maior de adquirir a doença de forma hemorrágica, como evidencia o estudo de Rocha e Tauil (2009), muito deste problema é proveniente dos fatores de urbanização elencada a poluição de áreas preservadas.

É perceptível ainda a dificuldade de acesso a saúde de boa qualidade nesta região, onde muitas mães têm seus filhos sem acompanhamento médico e muitas vezes tem

dificuldade de completar os esquemas vacinais dessas crianças, portanto estes seres humanos tornam-se mais favoráveis a desenvolver doenças (ARAÚJO, et al., 2016).

Outra questão de saúde pública envolvida em Manaus, associa-se à desnutrição das crianças, principalmente pela falta de micro e macro nutrientes, problemas dentários e alta ocorrência de parasitas gastrointestinais. Estas questões englobam ainda a precariedade de distribuição de água e a evasão escolar, afinal muitas doenças são transmitidas através da água e as refeições oferecidas na escola são uma forma de complementação de alimentação da população mais pobre (MARINHO; CASTRO; ALENCAR, 2003). A má alimentação, pode ocasionar, por exemplo, a anemia ferropriva, estando presente em aproximadamente 30,6% das crianças em idade pré-escolar no Amazonas. Observa-se, segundo Tavares et al. (2012), que crianças que não frequentam creches apresentam maior tendência de apresentar doenças como a anemia, fator assim associado à questão nutricional.

Vale ressaltar que o Amazonas é um dos estados mais ricos em biodiversidade de plantas e alimentos, o que causa estranheza quanto aos dados de desnutrição e de doenças em crianças, porém pode-se associar estes fatos aos problemas da realidade social e econômica que as pessoas vivenciam nesta região, além de falta de conhecimento da real riqueza deste local, demonstrando as dificuldades dos fatores educacionais, como também já mencionado neste trabalho, sendo assim há uma junção de fatores que justificam e demonstram estes problemas (ALENCAR et al., 2007).

A partir dos dados e fatos apresentados, é notável a importância de se ter mais atenção com a região Amazônica e suas crianças. O acesso à saúde e uma alimentação de qualidade deve ser garantido à população.

A partir dos dados apresentados, é notável a importância de se ter mais atenção à região Amazônica e às suas crianças. Elas representam o futuro do estado e têm o direito a uma saúde e alimentação de qualidade, tanto para o seu crescimento quanto para prevenir a contaminação por diversas doenças que circulam na Amazônia. São necessárias iniciativas para aprimorar o setor de vacinas e, conseqüentemente, combater a desnutrição. Essas medidas visam melhorar os índices de mortalidade, infecções e má alimentação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo caracteriza-se como pesquisa exploratória sobre o tema primeira infância na região Amazônica e objetivou caracterizar a produção científica em seus temas e abordagens, focando na relação entre criança e infância neste território.

Em relação às temáticas identificadas, nota-se que os temas que concentram maior produção são: saúde (22,6%), educação (17,6%), cultura infantil (13,1%) e políticas públicas (8,2%). De forma geral, os eixos educação, saúde e políticas públicas reúnem trabalhos que mobilizam dados quantitativos e que evidenciam a diferença entre o campo normativo, os direitos estabelecidos e a realidade social e como estas distâncias configuram um cenário de desigualdade acentuada nesta região e que tensionam o atendimento e respeito integral às crianças neste território.

Embora a Amazônia seja hoje foco das atenções de muitos países e sua preservação esteja sendo debatida como um direito mundial devido a suas qualidades ambientais, não é possível observar este território apenas numa perspectiva ambiental. A Região Norte do país, apesar de fazer parte das políticas estatais nacionais, é completamente desvalorizada se pensada socialmente. Existe uma má distribuição de renda per capita, falta de saneamento básico, falta de moradias adequadas e saúde de baixa qualidade.

Diante desses desafios e complexidades, ressalta-se a importância de políticas públicas eficazes, investimentos na área da saúde também um investimento na educação que seja sensível às particularidades locais e a promoção de diálogos interculturais. Somente por meio de esforços colaborativos, é possível garantir um desenvolvimento integral e equitativo das crianças e adolescentes na vastidão amazônica, assegurando seus direitos e preservando suas identidades culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, T. S. et al. **Desnutrição infantil em um dos municípios de maior risco nutricional do Brasil: estudo de base populacional na Amazônia Ocidental Brasileira**. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 19, p. 554-566, 2016.

AZEVEDO, Nádma. **Infância e Trabalho na Amazônia: O Paradoxo do Cotidiano**, 2017. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Amazonas, AM, 2017.

BELTRÃO, Glenda et al. **A ludicidade no contexto da Educação Básica: Um relato acerca do atendimento às crianças em uma escola no município de Parintins - AM**. Artigo Científico. 2015.

DE GÓES, F. O. C. et al. **Promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente na Amazônia legal: relato de uma experiência**. Brazilian Journal of Development, v. 7, n. 3, p. 21015-21036, 2021.

FERNANDES, A. P. D. **A educação escolar e o currículo oculto na formação da criança**. 47f. 2016. Relatório Parcial PIB – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

FERNANDEZ, Cristiane et al. **Enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes pelo legislativo no Amazonas**. p 84-103 Argumentum, Agosto de 2016.

FREITAS, C. M. de; GIATTI, L. L. **Indicadores de sustentabilidade ambiental e de saúde na Amazônia Legal, Brasil**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 25, n. 6, p. 1251–1266, jun. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - **IBGE**. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2011.

LIRA, Naraiza Caldas. **O Lugar De Ser Criança: Percepções Da Infância A Partir Das Narrativas Dos Pais No Município De Tefé- Am**. 2020. Dissertação (Mestrado) -

Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Tefé, Amazonas, 2020.

MAFRA, I. S.; SILVA, V. P. **A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS POBRES DE 0 A 3 ANOS NO AMAZONAS**. RELPE: Revista Leituras em Pedagogia e Educação, v. 1, n. 1, p. 101-118, 2016.

MARINHO, H. A.; CASTRO, J. S.; ALENCAR, F. H. **Estudo antropométrico de pré-escolares atendidos no Instituto de Saúde da Criança, Manaus (Amazonas), Brasil**. Revista do Hospital Universitário Getúlio Vargas, v. 2, n. 2, p. 29-35, 2003.

MOTA, Marinete Lourenço. **A Criança Na Fronteira Amazônica: O Viver No Fio Da Navalha E O Imaginário Da Infância**. 2016. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, Amazonas, 2016.

ODANI, Jacy Alice Grande. **Educação inclusiva na primeira infância em creches públicas**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

OLIVEIRA, Mayara et al. **Mulheres Comem, Mães Cozinham: uma aproximação da construção da maternidade e das práticas culinárias domésticas na Amazônia Ocidental Brasileira**. Saúde Soc. São Paulo, v.31, n.3, e211025pt, 2022. 13 de Maio de 2022.

PENIN, S T. S. **A aula: espaço de conhecimento, lugar de cultura**. Campinas: Papyrus, 1994.

RATUSNIAK, Célia; MAFRA, Ivanilde dos Santos; SILVA, Vanderlete Pereira da. **A travessia das infâncias no Amazonas no contexto de distanciamento social**. Artigo Científico. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2020.

ROCHA, L. A.; TAUIL, P. L. **Dengue em criança: aspectos clínicos e epidemiológicos, Manaus, Estado do Amazonas, no período de 2006 e 2007**. Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, v. 42, p. 18-22, 2009.

SADIM, Geysel Patrizzia Teixeira. **Política educacional inclusiva: o atendimento da criança autista em salas de recursos multifuncionais na rede municipal de Manaus**. 2012. Relatório (Graduação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

SCHLINDWEIN, Luciane Maria; TRINDADE, Patrícia dos Santos; LEAL, Gyane Karol Santana. **Infância e pandemia: conhecimento nas ondas do rádio em Parintins/AM**. Parintins: UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, 2020.

SOBRINHO, R. S. M. **Globalização e infância: outros desafios para a escolarização das crianças**. Revista on line de Política e Gestão Educacional, n. 6, p. 18-30, 2009.

SOUZA, E. C. S. **O processo de ensino aprendizagem da criança indígena nos anos iniciais do ensino fundamental em escola urbana de Parintins/AM**. 35f. Relatório Final – Universidade Federal do Amazonas, Parintins, 2013.

SOUSA, Angélica, et al. **A Pesquisa Bibliográfica: Princípios e Fundamentos**.

Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.64-83/2021.

SANTOS, Saulo César Seiffert; CUNHA, Márcia Borin da. **Parque Temático, Popularização E Pesquisa Amazônica: A Proposta Do Bosque Da Ciência/Inpa**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 38, e29448, 2022.

TAVARES, B. M. et al. **Estado nutricional e consumo de energia e nutrientes de pré-escolares que frequentam creches no município de Manaus, Amazonas: existem diferenças entre creches públicas e privadas?**. Revista Paulista de Pediatria, v. 30, p. 42-50, 2012.

TEIXEIRA, Gracy Kelly Monteiro Dutra. **Ambiente Degradado E Infância Vulnerável: Apropriação, Uso E Significação Das Crianças Sobre A Lagoa Da Francesa Em Parintins/Am**. 2015. Dissertação (Mestrado) - Universidade.

TEIXEIRA, Relce. **A formação identitária da criança indígena em uma escola urbana de Parintins AM**. Relatório Final PIB - H 0077.

VILAR, Fabíolla. **A Microfísica das relações familiares: Infância, mulher e família nos contos de Vera do Val**. Tese, Universidade Federal do Amazonas, 2021.

WEIL, L. S. **Uma avaliação dos gastos orçamentários de Manaus nos Programas da infância e da juventude**. 103f. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.